



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE CHUVISCA  
PODER LEGISLATIVO MUNICÍPIO DE CHUVISCA



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E REDAÇÃO FINAL

Parecer 22/2025

~~Câmara Municipal~~  
de Vereadores de Chuvisca

Protocolo nº 108

Data: 18/03/2025

Horário: 16h 09 min

gmb  
Responsável

**Autor do Projeto:** Poder Executivo

**Relator:** Vereador Jhonnatán Pereira Xavier

**Matéria:** Projeto de Lei nº. 011/2025.

**ASSUNTO:** Exame da legalidade do Projeto de Lei nº 011/2025:

“Cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMUPDEC e revoga o art. 7º da Lei Municipal nº 345/03”.

## 1. RELATÓRIO:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder executivo, foi apresentado nesta Casa Legislativa no dia 14/02/2025, sob o protocolo nº 68, indo à leitura na sessão ordinária ocorrida na data de 17/02/2025, com posterior encaminhamento à Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Redação Final.

A Comissão se reuniu em 06/03/2025, ocasião em que analisou o projeto de lei em questão e identificou que havia uma contradição (erro material) no texto normativo. Para sanar tal contradição, o Presidente desta comissão elaborou Memorando nº 06/2025 na mesma data para que o Executivo faça a devida correção.

Em 10/03/2025, o Poder Executivo apresentou nesta Casa Legislativa, sob o protocolo nº 96, Mensagem Retificativa para o fim de adequar o Projeto de Lei em análise, sanando a contradição apresentada, indo à leitura na sessão ordinária ocorrida na data de 17/03/2025.

A Comissão se reuniu em 18/03/2025, ocasião em que analisou e deliberou o Projeto de Lei em questão.

É o breve relato.

## 2. PARECER:

Preliminarmente, constata-se que a matéria encontra-se prevista nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme dispõem a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal quanto à autonomia deste ente federativo para dispor sobre matérias de interesse local.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

Art. 10. Compete ao Município, o exercido de sua autonomia:

(NR) (redação estabelecida pelo art. 1º da Lei Municipal nº 1.473, de 31.12.2024)

I - organizar-se administrativamente, observadas as Legislações Federal e Estadual;

II - promulgar suas leis, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu interesse;

Da mesma forma, considerando que a proposição se refere à organização e o funcionamento dos serviços públicos locais (conselho), depreende-se legítima a iniciativa do Poder Executivo, também nos termos da Lei Orgânica do Município.

Art. 37. **São de iniciativa privativa do prefeito as leis que disponha sobre estrutura ou atribuições de órgão do Poder Executivo**, sobre o regime jurídico dos servidores e **sobre serviços públicos**. (NR) (redação estabelecida pelo art. 12 da Lei Municipal nº 1.473, de 31.12.2024) (...)

Feitos esses esclarecimentos preliminares, sob o ponto de vista material, a rigor, a criação ou alteração de um órgão na estrutura administrativa do Município como um Conselho demanda condições como o estudo de impacto que causará ao orçamento do Município e, se não estiver prevista nas peças orçamentárias, demandará também alteração.

Nesse contexto, a Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, dispõe:

Art. 2º É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e **dos Municípios** adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre.  
(...)

**Art. 8º Compete aos Municípios:**

I - executar a PNPDEC em âmbito local; (grifou-se)

O Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, que regulamenta o art. 2º da Lei Federal nº 12.608, de 2012, reporta-se ao papel dos Municípios nessa matéria:

---

Avenida 28 de Dezembro, 3855 - Centro - CEP: 96193-000  
Fone: (51)92000-6568 - E-mail: [camarachuvisca@gmail.com](mailto:camarachuvisca@gmail.com)

**Chuvisca/ RS**

---





Art. 3º O planejamento e a execução das ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres de que trata este Decreto competem:

I - aos órgãos e às entidades integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil; e

II - aos sistemas estaduais, distrital e **municipais de proteção e defesa civil**.  
(grifou-se)

Assim, conforme se depreende, a proposição de lei em análise representa a tentativa de alinhamento do Município à farta legislação existente sobre a matéria.

Com relação ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMUPDEC, os conselhos municipais constituem o chamado “controle social”, expressão do princípio da participação política, instâncias sem personalidade jurídica própria, consultivas, deliberativas e fiscalizadoras das políticas públicas, para assessoramento ao Executivo, compostos de agentes de vários setores da sociedade, e que atuam mediante apoio técnico e financeiro do órgão municipal a que se vinculam.

Como regra, as atribuições de cada conselho municipal dependerão das políticas públicas a que se referem e das peculiaridades do Município. Porém, em linhas gerais, todo conselho municipal tem como atribuições: assessorar na execução da política pública; deliberar sobre qualquer matéria referente à política pública de que trata; propor ao Executivo a celebração de convênios, parcerias, acordos, contratos e quaisquer outros ajustes objetivando o desempenho de suas atribuições; opinar, deliberar e fiscalizar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal (executor); elaborar e encaminhar ao Executivo a proposta orçamentária referente às políticas públicas; propor ao Executivo a realização de estudos e pesquisas; estimular a participação da sociedade nas políticas públicas; elaborar e alterar o Regimento Interno do Conselho; expedir normas no âmbito de sua competência.

Quanto à composição dos conselhos no nível municipal, apenas a título de ilustração, reforça-se a informação de que, quando não decorrer de regra disposta em lei, a composição dos conselhos municipais tem como diretriz geral o princípio da paridade, isto é, que ao mesmo número de representantes do Poder Executivo deve corresponder o de representantes da sociedade civil, o que somente é possível quando o número total de membros é par. Quando o número total de membros for ímpar ou, devido a outras peculiaridades locais por opção do Município, não for possível a exatidão paritária, a ligeira maioria deve ser de representantes da sociedade civil, afinal, o Conselho representa a

sociedade.

Assim, após análise do mérito da proposição e confrontação com os Princípios Constitucionais atinentes à espécie, e em não havendo óbices que possam macular a presente iniciativa, tem-se que há viabilidade técnica e jurídica ao Projeto de Lei em questão.

### 3. CONCLUSÃO:

Ante o exposto, conclui-se pela viabilidade técnica e jurídica do Projeto de Lei nº 011/2025, razão pela qual o relator, Ver. Jhonnatan, emite o presente parecer **FAVORÁVEL** à matéria em análise, opinando pela **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE** da proposição, a fim que seja encaminhado ao Plenário para votação.

É o Parecer.

Chувиска (RS), 18 de março de 2025.




Douglas Bierhals Roloff

Jhonnatan Pereira Xavier

Presidente

Relator



Paulo Israel Longaray Martins

Secretário